

DOSSIÊ

# A HIGIENIZAÇÃO DO SÉCULO XIX E O “CONTRA A CORRUPÇÃO” DO SÉCULO XXI: SIMILARIDADES NO DISCURSO DAS ELITES NO BRASIL

POR ANDRÉ VITOR

**RESUMO** *Cada momento histórico é único, mas carrega em si tensões permanentes, num paradoxo entre o novo e o velho, valendo-se de novas experiências sem, entretanto, negar toda a bagagem cultural adquirida. Assim, este trabalho busca relacionar dois momentos distintos da história do Brasil, mas com características em comum: a higienização do início da República e o momento recente, em que estava em jogo o mandato da presidente Dilma Rousseff. Por ser o Brasil um país com pouca mobilidade social e sem alterações substanciais no seu controle político, veremos como os interesses das camadas superiores da sociedade se reproduzem e se perpetuam, no intuito de fazer a população aderir a essa ideologia em favor de seus interesses privados.*

THE HYGIENIZATION OF THE 19TH CENTURY AND THE ANTI-CORRUPTION SLOGANS OF THE 21ST CENTURY: SIMILARITIES IN THE DISCOURSE OF THE ELITES IN BRAZIL

**ABSTRACT** *Each historical moment is unique; however, it carries in itself its permanent tensions, in a paradox between the new and the old, resorting to new experiences without, therefore, denying all the acquired cultural baggage. Thus, this work aims to relate two distinct moments in the Brazilian History, which share common characteristics: the higienization in early Republican Brazil and nowadays, in which President Dilma Rousseff's mandate was at stake.*

*Since Brazil is a country with little social mobility and no substantial alterations in its political control, we will see how the interests of the upper class are developed/formed and perpetuated, making the population adhere to that ideology in favor of the elite's private interests.*

**PALAVRAS-CHAVE** Higienização Discurso  
Sociedade

**KEY WORDS**  
Hygienization Speech  
Society

## INTRODUÇÃO

A imprensa internacional volta seus olhos ao Brasil a respeito, notadamente, do momento político atual. No dia 17 de abril de 2016, a câmara dos deputados aprovou a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, ora efetivado, sob a alegação de crime de responsabilidade fiscal.

Como reação, o governo denunciou esse processo em andamento por considerá-lo golpe político. A questão se apresentou de forma polarizada, como tem sido desde a eleição de 2014. A imprensa brasileira tratou o impeachment como uma tentativa democrática de combater a corrupção enquanto uma significativa parcela da imprensa internacional, mesmo a mais conservadora como a revista inglesa *The Economist*, tratou o episódio como de interesse político. Cabe nesse caso acrescentar que seis famílias controlam, aproximadamente, 70% dos veículos de informação no país[1], situação que foi amplamente divulgada recentemente, no mesmo momento em que se desvelou um escândalo de grampos telefônicos promovidos por Rupert Murdoch, reafirmando a influência considerável exercida por alguns monopólios nos âmbitos político e econômico.

A polêmica é vista e vivida por todos mas, afinal: foi golpe ou tentativa de mudança?

Só futuramente teremos consciência em função dos desdobramentos de tudo que ocorre na realidade presente. Este trabalho, num esforço de contribuir para a discussão, propõe uma reflexão acerca de dois momentos históricos vividos pela sociedade brasileira. O atual e a higienização do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX.

Para isso, utilizaremos notícias e crônicas publicadas nos jornais daquela época, principalmente em *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Commercio*. Sobre a atualidade, buscaremos notícias e opiniões emitidas nos principais veículos de informação, como *Estado de São Paulo* e *Folha de S. Paulo*, assim como os debates produzidos por intelectuais, seja no século XIX ou hoje, no XXI. Assim, poderemos traçar um paralelo a respeito dos dois períodos e refletir sobre as semelhanças e especificidades de cada um.

## I

Os fatos históricos são filtrados pela atuação da imprensa. Os meios de comunicação no Brasil, mais que em outros países (também em função do controle restrito a poucas famílias, conforme mencionado anteriormente, o que impede a veiculação da informação de forma democrática e plural), têm papel fundamental na formação de opinião e nos rumos tomados pela sociedade. Com o advento do jornalismo no Brasil, em meados do século XIX, a literatura ganhou espaço privilegiado, principalmente, pelo fato do jornal ser a principal fonte de informação na época, tornando-se protagonista na formação ideológica de um público leitor ascendente; assim como as crônicas no Brasil tiveram papel fundamental para estabelecer um registro histórico, “lugares de memória” como afirma Margarida de Souza Neves:

*Crônica e História podem ser consideradas portanto, como particulares ‘lugares de memória’, já que se constituem em suportes físicos da memória onde constantemente se reconstrói. Cronistas e historiadores são ‘homens-memória’ e desempenham seu ofício como autores e interpretes da memória coletiva. (NEVES, 1995, p. 27)*

Assim, as crônicas, além das notícias, escritas para os jornais no século XIX se apresentam como terreno fértil não só no campo da literatura como no da História propriamente dita. O fato desse gênero, considerado menor, ter caminhado ao rés-do-chão também o torna um legítimo porta voz da sociedade, como um discurso próximo do real; ou, nas palavras de Davi Arrigucci:

*A crônica se situa bem perto do chão, no cotidiano da cidade moderna, e escolhe a linguagem simples e comunicativa, o tom menor do bate-papo entre amigos, para tratar das pequenas coisas que formam a vida diária, onde às vezes, encontra a mais alta poesia. Essa é a situação preferida das crônicas de Rubem Braga. (ARRIGUCCI, 1987 p. 55)*

Complementando com Antonio Candido e buscando uma definição próxima daquilo que é proposto neste trabalho:

*A leitura de Bilac é instrutiva para mostrar como a crônica já estava brasileira, gratuita e meio lírico-humorística, a ponto de obrigá-lo a amainar a linguagem, a descascá-la dos adjetivos mais retumbantes e das construções mais raras. Nela não parece caber a sintaxe rebuscada com inversões frequentes; nem o vocabulário “opulento” como se dizia para significar que era variado, modulando sinônimos e palavras tão raras quanto bem soantes. A crônica operou milagres de simplificação e naturalidade... (CANDIDO, 1992, p. 16)*

Isso demonstra a busca pela popularização dos textos literários escritos nos jornais. Mais adiante, poderemos perceber a importância desse discurso para o leitor, ainda em formação.

Assim, a analogia a ser buscada consiste em refletir sobre se o discurso proposto pela mídia no momento atual, com adesão das camadas populares, na defesa de uma higienização da política, é uma estratégia para alcançar seus interesses próprios. Sabemos que esse discurso proposto pelos liberais no século XIX em favor da modernização do Rio de Janeiro e transformação do seu cenário numa metrópole europeizada, com valores progressistas vindos de além-mar era uma forma de reorganizar o espaço público de acordo com suas aspirações, como afirma Sevcenko:

*Sem mais delongas, o novo grupo social hegemônico poderá exhibir os primeiros monumentos votados à sagração de seu triunfo e de seus ideais. O primeiro deles se revela em 1904, com a inauguração da Avenida Central e a promulgação da lei da vacina obrigatória. Tais atos são o marco inicial da transfiguração urbana do Rio de Janeiro. Era a “regeneração” da cidade e, por extensão, do país, na linguagem dos cronistas da época. Nela são demolidos os imensos casarões coloniais e imperiais do centro da cidade, transformados que estavam em pardieiros em que se abarrotava grande parte da população pobre, afim de que as ruelas acanhadas se transformassem em amplas avenidas, praças e jardins, decorados com palácios de mármore e cristal e pontilhados de estátuas importadas da Europa. A nova classe conservadora ergue um decór urbano à altura da sua empáfia. O segundo grande marco da sua vitória é a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, que trouxe a glorificação definitiva dos novos ideais da indústria, do progresso e da riqueza ilimitados. (SEVCENKO, 2003, p. 43)*

Desta forma, estava em curso a transformação não só do espaço público mas do modo de vida e da mentalidade carioca segundo esses padrões impostos por uma elite. Junta-se ao processo, a condenação e negação de todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada pretendida pela sociedade dominante.

É possível reparar na similaridade do *discurso* (grifo meu) pretendido por uma elite para atingir seus objetivos, em qualquer época. Sevcenko afirma que a palavra

organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor, intrínsecos às estruturas sociais de que emanam (2003, p.28). Portanto, um discurso pertencente a uma mesma elite, mesmo que em épocas distintas, apresenta um mesmo viés ideológico. Eugenio Bucci cita que uma mentira narrada pelos locutores da Globo não é a mesma coisa que uma mentira publicada num quinzenário de uma pequena cidade. (BUCCI, 2000, p.31) E, em outro momento, demonstra que os eventos mais fundamentais da democracia, de uma escolha de prefeitos ao processo de impeachment de um presidente, adquirem visibilidade à medida que se convertam em shows de mídia. (2000, p.193) Se não há ética possível onde viceja o conflito de interesses, é pertinente lembrar que, atualmente, em 2016, os irmãos Marinho ocupam, segundo a Revista Forbes, as 7º, 8º e 9º posições no ranking de homens mais ricos do Brasil, o que nos leva a refletir sobre a influência dos interesses privados das Organizações Globo nas decisões políticas nacionais, o que já foi fartamente comprovado por inúmeros estudiosos sobre o assunto.

Novamente, a proposta que aqui se impõe é a substituição do termo **Higienização**, cunhado para essa reorganização do espaço físico e social, por uma higienização contemporânea sob o lema astuto do **Contra a corrupção**. Embora a analogia não seja tão óbvia, o fato de termos essa aspiração representada no congresso por uma comissão escolhida para o impeachment em que 34 dos 65 membros respondem a inquéritos ou ações penais demonstra o quão esse discurso pode e vem sendo usado de forma sistemática e oportunista por quem pretende obter dividendos políticos no momento.

Corroborando esse pensamento, o editorial do Estado de São Paulo, em 07 de abril de 2016, também apresenta Dilma como esse “elemento” a ser retirado do caminho para “que se dê início à reconstrução nacional.” Ou seja, a figura da presidente, a qual não possui quaisquer denúncias ou processos contra si, se tornou obstáculo ao desenvolvimento. Essa higienização passou a ser tratada de maneira *pro forma* pelo tradicional jornal que ainda afirma que “sem essa penosa tramitação, dificilmente o País sairá da crise que o consome.” É notório observar a transformação de um processo jurídico previsto na Constituição federal de 1988 em um processo político que, ainda segundo o editorial, tornou o “Governo inviabilizado por uma presidente da República inábil e inepta, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros”. Ou seja, segundo o próprio *Estadão*, trata-se de processo político...

## II

Em 26 de janeiro de 1893, o Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca da época, foi demolido sob “o deleite dos jornais do dia.” (CHALHOUB, 1996, p. 16) O prefeito Barata Ribeiro e o chefe de polícia da Capital Federal estavam presentes, assim como outras autoridades estabelecendo um espetáculo midiático (numa época

muito precedente à chamada sociedade do espetáculo) ou, nas palavras de Sidney Chalhoub, no livro *Cidade Febril*:

*As repercussões da destruição do famoso cortiço na grande imprensa do período formam um espetáculo à parte. Na Revista Ilustrada, o evento foi saudado com um humor asqueroso: o leitor foi servido de um prato com uma enorme cabeça de porco, de olhos entreabertos e fisionomia lacrimejante, e sobre a qual se achava uma barata devidamente cascuda e repugnante. (...) Em geral, as notícias sobre o episódio louvavam a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico bastante comum na imprensa do período, a Gazeta transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa (...) (CHALHOUB, 1996, p. 18) (Anexo 1)*

A respeito disso é possível recuperar a capa da *Revista Veja* (anexo 2), de 12 de março de 2016, em que Lula aparece transfigurado também numa composição com uma Cabeça de Medusa. Mas não foi só isso. Ainda mostra várias jararacas numa alusão típica ao naturalismo de Aluísio Azevedo. Em outro caso, também recente, é possível ver a cabeça de Dilma, na capa do jornal *O Estado de São Paulo* (anexo 3), em 4 de maio de 2016, com a tocha olímpica acesa à sua frente, também formando uma sobreposição de imagens, o que poderia nos remeter ao fogo da Inquisição. Talvez, não apenas constituindo uma sinistra coincidência mas, reafirmando o discurso histórico de uma elite altamente conservadora e estratificada, sobrevivente aos eventos históricos do país sem que se veja comprometida sua hegemonia. E, talvez, esse sentimento de ódio com relação à Dilma e Lula seja o símbolo do desconforto dessas classes com os programas sociais promovidos pelos últimos governos.

Ainda, na obra de Chalhoub, há uma consideração a respeito da diversidade urbana:

*Vamos localizar aqui dois pontos fundamentais dessa forma de lidar com a diversidade urbana. O primeiro é a construção da noção de que ‘classes pobres’ e ‘classes perigosas’ – para usar a terminologia do século XIX – são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma ‘realidade’. O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas ‘administrada’, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício de cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos. (CHALHOUB, 1996, p.20)*

Apreendamos como, numa crônica de Olavo Bilac publicada na *Gazeta de Notícias*, em 21 de junho de 1903, esse debate se evidenciava:

*Administrar não é somente gerir: é também, e principalmente, assistir, acudir, prover. Quem administra não pode, está claro, dar ventura e riqueza a todos. Mas pode, e deve, dar trabalho aos homens de boa vontade. Dar trabalho não é ministrar socorro: é ministrar justiça. O homem pobre, que vê a sua atividade sem emprego, não tem a esperança infatigável. Bate a uma, a dez, a cem portas: quando o desespero lhe entra na alma, aí está a taverna, com o seu balcão tentador, aí está o álcool com as suas alucinações, aí está a gazua para os roubos e a faca de ponta para o assassinato. (BILAC, 1903, p.2)*

Nota-se, na prática, esse discurso na realidade contemporânea quando observamos os dividendos sociais conquistados nos últimos anos. Como se o Estado devesse ser gerido como uma empresa. As ditas pedaladas fiscais, de se acusou a presidenta, registre-se, são a respeito de pagamentos de benefícios sociais o que, numa gestão típica liberal, seria inconcebível. O ranço da classe média e da elite também passa por não aceitar um estado de bem estar social como visto, inclusive, na Inglaterra, um país com uma visão sabidamente liberal. A respeito dessa ideologia liberal distorcida, José Murilo de Carvalho apresenta um diagnóstico precioso a respeito do que foi, e ainda é, essa mentalidade controversa a respeito do capitalismo brasileiro:

*Poderíamos dizer que se deu uma vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante. Desabrochou o espírito aquisitivo solto de qualquer peia de valores éticos, ou mesmo de cálculo racional que garantisse a sustentação do lucro a médio prazo. Era um capitalismo predatório, fruto típico do espírito bandeirante na concepção que lhe deu Viana Moog. (CARVALHO, 1987, p. 26-7)*

E complementa em seguida:

*O que antes era feito com discrição, ou mesmo às escondidas, para fugir à vigilância dos olhos imperiais, agora podia ser gritado das janelas ou dos coches, era quase motivo de orgulho pessoal e de prestígio público. Os heróis do dia eram os grandes especuladores da bolsa. (CARVALHO, 1987, p. 27)*

O último trecho apresentado anteriormente também pode servir para ilações sobre o entendimento a respeito da moral nacional se compararmos o orgulho citado com o apoio dado por manifestantes (*anexo 4*), nas passeatas que reuniram mais de 2 milhões de pessoas, a Eduardo Cunha, presidente da câmara e réu em processos, inclusive com documentos que comprovam sonegação fiscal e evasão de divisas.

Da mesma maneira que hoje se discute “a frágil democracia brasileira” (palavras da economista Marilza de Melo Foucher em seu artigo no *Correio do Brasil*, em 7 de abril de 2015), em 1915 o editorial da *Revista Careta*, denominado “A Ficção da

Soberania popular”, afirmava que “o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma a sério.” (CARVALHO, 1987, p. 89)

Então, é possível, que o discurso veiculado pelos órgãos de imprensa, e que possui fundamental importância no tripé formador da sociedade, camufle sua verdadeira intenção. Mais um exemplo: a transformação do Passeio Público no Rio de Janeiro pretendeu afastar as ameaças, o outro, derrubando a vegetação típica brasileira mas, como posto, se apresentou como algo positivo a todos, como podemos observar no exemplo abaixo, uma crônica de Olavo Bilac publicada no jornal *A Notícia*, em 4 de agosto de 1906:

*Mas não deixemos sem louvor a transformação do velho Passeio Público, que deixou de ser um carrancudo e cerrado parque colonial, para ser um admirável jardim moderno, cujas árvores majestosas pompeiam agora, em plena e soberba formosura, livres do mato espesso que as encobria e matava. Agora, quando os bondes de Botafogo rodeiam o Passeio, não há quem se não extasie diante do lindo espetáculo dos extensos e verdes canteiros, de onde sobem livremente para o céu as palmeiras esbeltas, e as imensas Cesalpiniáceas e Mirtáceas, através de cujos troncos a vista alcança longe a face azul e rebrilhante do mar... (BILAC, 1906, p. 5)*

Ficou evidente que, a partir das modificações, o parque se tornou “limpo” e livre dos elementos indesejados. A respeito, então, de classes perigosas vs classes pobres mencionados acima, faz-se mister citar que a expressão “classes perigosas” parece ter surgido na primeira metade do século XIX. A escritora Mary Carpenter propôs um estudo na década de 1840 sobre criminalidade e “infância culpada” – o termo do século XIX para os nossos “meninos de rua” – e cita o termo claramente, ainda conforme Chalhoub, no sentido de delinear um grupo social formado à margem da sociedade civil. Esse termo pode ser encontrado como de grande importância no debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, logo em seguida à escravidão, em decorrência da preocupação com o ócio que deveria ser reprimido no intuito de “evitar maiores consequências para a sociedade” (CHALHOUB, 1996, p. 19). Os parlamentares recorreram, naquele momento, para justificar suas ideias, a M. A. Fréiger, um alto funcionário da polícia de Paris que, baseando-se na análise de inquéritos e estatísticas policiais, escreveu um livro que versa sobre “as classes perigosas da população nas grandes cidades”. O objetivo era enquadrar os malfeitores de Paris. Em suma, Fréiger falhou na tentativa de determinar com qualquer precisão a fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres.” Pois é justamente no erro que os parlamentares brasileiros encontraram a “salvação nacional” para o problema da criminalidade como vemos a seguir:

*As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e não de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas – pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um*

*justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade. (CHALHOUB, 1996, 20-1)*

Essa discussão merece relevo na atualidade visto que verificamos um discurso de ódio repetido pelo senso comum a respeito desses benefícios sociais e a inclusão de camadas mais pobres na sociedade civil. Perceba-se o termo “bolsa esmola” cunhado e insistentemente repetido por muitos que, sem perceber, estão reafirmando a visão que se tem destas classes. Talvez, também aí, haja implícito no discurso um desconforto das classes mais altas com essa inclusão e ocupação do mesmo espaço por todos.

Para corroborar esse pensamento, o antropólogo Roberto Da Matta, em sua obra *A Casa e a Rua*, ilustra quem seria esse outro, o desconhecido, aquele que não pertence à mesma estirpe, clã ou família. Da mesma forma que o discurso adjacente do “bandido bom é bandido morto” também repete e confunde a respeito dessa relação entre classe pobre e classe perigosa.

### III

Para que não paire dúvidas a respeito das insistentes tentativas históricas de manter a população à margem dos acontecimentos políticos, Carvalho lembra que as mudanças instituídas na República provocaram um “retrocesso no que se refere a direitos sociais.” “Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização. (CARVALHO, 1987, p. 45)”. Nota-se aí, um fenômeno semelhante à realidade de 2016, inclusive com a aprovação da terceirização que propõe a perda de direitos trabalhistas. A alegoria nos é apresentada de forma profícua por Benjamim Steinbruch, presidente da FIESP, numa entrevista concedida ao *Portal UOL*, ao jornalista Fernando Rodrigues. Inclusive, percebe-se a confusão que se faz a respeito da modernidade e direitos do trabalhador, da mesma maneira como já assinalado anteriormente:

F.R.: O sr. mencionou emprego. O sr. sempre fala na flexibilização de leis trabalhistas, fala que é necessário acompanhar a experiência de outros países do mundo sobre esse tema. Objetivamente, quais alterações pontuais o sr. acha que são necessárias e urgentes na área da regulação do emprego?

B. S.: Eu acho que, como você bem sabe, nós estamos em uma lei que é da época de Getúlio Vargas [1882-1954]. Que foi de vanguarda naquele momento e que nos serviu até hoje. Agora, o Brasil mudou. As condições de emprego mudaram. Então a gente tem que se adaptar a uma nova realidade, se possível ainda de vanguarda.

F.R.: Mas, o que por exemplo?

B.S.:Muito mais flexível.

F.R.: Fala um item da CLT [Consolidação das Leis de Trabalho] que deveria ser eliminado, ou alterado, e de que forma alterado?

B.S.:O custo do emprego não pode ser o dobro, porque você paga para o empregado X, você tem dois X de custo indireto.

F.R.: Mas vamos lá, Fundo de Garantia...

B.S.: Tem que ser flexível.

F.R.:Vamos lá, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço [FGTS], isso deve ser mantido ou deve ser eliminado?

B.S.: Não, eu acho que os direitos devem ser mantidos. O que você tem que fazer é flexibilizar a lei trabalhista, ou seja....

F.R: Mas, como?

B.S.: A jornada pode ser flexível, a idade pode ser flexível.

F.R.: Idade, como?

B.S.: A idade do empregado poder trabalhar.

F.R.: Trabalhar mais jovem?

B.S.: Trabalhar mais jovem, em condições ideais. A gente pode ter por parte do empregador e do empregado uma convergência de interesse. A gente hoje está engessado, está penalizando tanto o empregador quanto o empregado.

F.R.: O sr. me desculpe, mas só flexibilizar a idade mínima para trabalhar e flexibilizar a jornada não diminui muito os custos.

B.S.: Você pega o que tem de mais moderno no mundo e copia e depois melhora aqui no Brasil. O Brasil em leis trabalhistas é um dos mais atrasados, nesse momento, no mundo.

F.R.: Como o sr. fala de custos que dobra para o empregador...

B.S.: Você sabe quanto custa para mandar um empregado embora?

F.R.: Sei.

B.S.: Você sabe que tem muita gente hoje que não pode mandar empregado embora porque não tem dinheiro para mandar...

F.R.: Para mandar o empregado embora. Agora, mas aí então...

B.S.: Então, se você for ver a....

F.R.: Mas, o problema do custo do empregado para o empregador está relacionado diretamente aos direitos que os empregados têm. Como é possível reduzir o valor que se paga para ter empregado sem reduzir os direitos que lhe tem hoje?

B.S.: Por exemplo, se você vai hoje em uma empresa nos Estados Unidos, aqui a gente tem uma hora de almoço, normalmente não precisa de uma hora do almoço, porque o cara não almoça em uma hora. *Você vai nos Estados Unidos você vê o cara almoçando com a mão esquerda e operando... comendo o sanduíche com a mão esquerda e operando a máquina com a direita, e tem 15 minutos para o almoço, entendeu? E eu acho que se o empregado se sente confortável em poder, eventualmente, diminuir esse tempo, porque a lei obriga que tenha que ter esse tempo?* (grifo meu)

O discurso, portanto, mesmo considerando que estamos aproximadamente cento e vinte e cinco anos depois na linha do tempo, pertence a uma linha ideológica das classes dominantes, como já foi insistentemente apresentado. Raymundo Faoro cita em seu estudo, com caráter enciclopédico, o pensamento a respeito dessa distopia liberal brasileira:

*O empresário quer a indústria, mas solicita a proteção alfandegária e o crédito público. Duas etapas constituem o ideal do empresário: na cúpula, o amparo estatal; no nível da empresa, a livre iniciativa. (FAORO, 1958, p. 517)*

#### IV

Voltando então à questão da higienização, a demolição do cortiço Cabeça de Porco possibilitou que se consolidasse o sistema oligárquico de dominação, à cidade pôde ser dado o papel de cartão postal da República. “Entrou-se de cheio no espírito da Belle Époque. (...) Mais que nunca, o mundo literário voltou-se para Paris, os poetas sonhavam viver em Paris e, sobretudo, morrer em Paris.” (CARVALHO, 1987, p. 39)

Cumpramos também lembrar a participação de Coelho Netto, como cronista em *A Noite*, jornal criado por Irineu Marinho, uma espécie de *Jornal Nacional* entre os jornais impressos, visto que foi implementado para ser vendido no período noturno e, assim, apresentar os fatos do dia. Netto também se mostrou favorável à derrubada

de cortiços como o tradicional Cabeça de Porco. Em uma crônica definiu essa moradia como “pequenos departamentos sórdidos, de onde o vício emigra, onde prolifera a infâmia, onde o crime nasce, onde a inocência morre.” (PEREIRA, 2005, p. 218) Coelho Netto defendia a substituição “pura e simples das tradições populares que combatia por outras de origem europeia, que considerava mais dignas de nação civilizada. (2005, p. 218)

O professor da UNESP, Álvaro Simões, estudioso das crônicas de Olavo Bilac, relata que o argumento da necessidade de limpeza, insistentemente exaltado por Bilac, camuflou seu interesse em transformar o espaço carioca e “abrir largas avenidas como a Central, a Rodrigues Alves e a Beira-Mar. A golpes de picaretas, o Rio, enfim, civilizava-se.” (SIMÕES, 2011, p. 25) Ou, em palavras do próprio Bilac na coluna Registro, em 5 de fevereiro de 1903:

*Cada dia que corre traz um novo indício de regeneração. Ajardinam-se as praças, arborizam-se as ruas, deitam-se abaixo os pardieiros. E já é lícito, sem correr o risco de passar por visionário, prever que dentro de um curto decênio, a cidade, saneada pela abertura de uma grande avenida e pelos trabalhos do porto, estará livre das epidemias que só medram onde não há limpeza. (BILAC, 1903, p. 2)*

Tempos depois, em 4 de fevereiro de 1904, Bilac exultou o fato do verão não vir acompanhado da febre amarela, epidemia transmitida, por coincidência mórbida, pelo mosquito *Aedes Aegypti*, afirmando ser “razoável admitir a eficácia das medidas postas em prática pelo governo para acautelar a saúde pública.”. Desta forma, não considerou ainda, segundo Simões, que a vitória se tratava apenas às medidas de combate ao mosquito.

A ideologia da higienização, segundo Chalhoub, surgiu a partir de dois eixos principais: os cortiços, por apresentarem um problema para o controle social dos pobres e a questão da saúde propriamente dita. Cumpre acrescentar que os vereadores, de fato, só se preocuparam com as condições higiênicas das instalações. Dessa forma, o que resultou foi a proibição da construção de novos cortiços, um projeto do vereador José Pereira Rego. Intensos debates acerca da questão da existência dos cortiços proliferaram na época. Os cortiços foram assemelhados em conceito ao de “classes perigosas” o que não permite, a esta altura, que se dissocie a questão social impregnada nos discursos relacionados ao processo de “limpeza”.

Era inegável o crescente poder de sedução da ideologia da higiene sobre alguns setores da sociedade, daí a possível analogia com o discurso atual “contra a corrupção” no que seria uma espécie de “higienização da política” (*termo meu*) e que encontrou hospedeiro em vários setores populares, insatisfeitos, embora distantes da vida política nacional, com a corrupção generalizada que sempre caracterizou praticamente todos os compartimentos da vida social brasileira.

A questão dos cortiços ainda despertou grande interesse do empresariado que vislumbrou grandes oportunidades de investimentos com a expansão da cidade e do mercado imobiliário. Chalhoub cita o empresário Artur Sauer, dono da companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que justificava o discurso da higiene dizendo, inclusive, que o inconveniente dos cortiços estaria na “ameaça constante aos moradores próximos”. Com isso, a utilidade do projeto não resultaria em melhorias nas condições de vida das classes populares mas “na vantagem de torná-las menos perigosas para a classe dominante.” (CHALHOUB, 1996, p. 53)

A assimilação dos discursos promovidos pelas castas históricas presentes tanto no controle da imprensa como na intelectualidade brasileira induzem à impressão de que esse caminho seria “árduo mas necessário”. No início do século XX, o nome dado ao que as camadas populares, e os opositores da transformação, chamaram de “bota-abaixo”, pelas elites, por outro lado, foi denominado “regeneração”. Desta forma, mostrava que algo estava doente e precisava ser regenerado. Machado de Assis também participou dessa discussão e se ressentiu ao perceber, já no fim da vida, que as mudanças propostas nesse bota-abaixo eram dramáticas e acabaram estabelecendo novas divisões de classe. (GLEDSON, 2008, p. 14)

## V

Os críticos ao impeachment acenavam que existia uma luta de classes em que essa camada mais conservadora, também advinda das classes médias mais opulentas, estaria buscando uma reação à ascensão desses pobres que passaram a frequentar os mesmos espaços em função dessa melhora. Ora, não haveria uma relação no sentido de expurgar esses pobres dos mesmos espaços através de um governo que representasse essas camadas incomodadas?

Para que não paire dúvidas de que a higienização apresentou, camufladamente, um caráter discriminatório e segregador, embora nem todos estivessem alinhados a esse discurso, pode-se citar uma passagem de Rui Barbosa:

*É um mal, de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a imigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na selva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca. (CHALHOUB, 1996, p. 58)*

Como, então, não considerar a violência à cidadania inserida nesse discurso reprodutor do que foi, na realidade, essa transformação verificada no Rio de Janeiro?

Jessé de Souza, professor da UFF, afirmou, numa entrevista à imprensa, que o processo de impeachment não é legítimo mas comprova que “a ascensão econômica de classes sociais mais pobres nos últimos anos causou um certo desconforto em determinados setores da classe média”. Isso, segundo ele, não se deveu somente à já conhecida luta de classes mas também “por um medo irracional de que essas classes pudessem competir pelos privilégios e empregos com a própria classe média.”

Diante disso é importante ressaltar que Chalhoub dedica um capítulo inteiro de seu livro na discussão de ideologia racial, febre amarela e política nos 1870, mostrando que todo discurso higienizador carrega implicitamente a questão de classes e raças. Não é possível, portanto, nesta discussão, desprezar esta variável na tentativa de compreender, tanto o fenômeno da higienização como, atualmente, o impeachment. Gilberto Freyre, inclusive, comenta a respeito da mortalidade causada pelo fracasso no tratamento da febre amarela para a população negra que isso pareceria “a epidemia a alguns deles, pretos e pardos, a arte diabólica de brancos para acabar com a gente de cor.” (CHALHOUB, 1996, p. 137)

Mais uma vez observamos que as elites não aceitaram, e ainda não aceitam, dividir o mesmo espaço, seja físico ou social, com os mais pobres. O sentimento de ameaça, então, gerou uma espécie de acordo entre esses setores da elite e classe média no sentido de “transformar a raiva dos mais pobres em uma forma de coragem cívica, como se houvesse uma defesa do bem comum. E afirma ainda que isso se deu por uma manipulação econômica, política e midiática. Isso, indubitavelmente, criou uma base social para esse golpe. É, obviamente, um “golpe branco” porque não tem a intervenção das forças militares. (SOUZA, 2015).

E, buscando um cenário propício à reflexão e elaboração de analogias, cumpre lembrar que a reforma urbana custou caro ao Rio de Janeiro (*anexo 5*), fundamentalmente às classes populares que se viram expulsas do centro e se encontraram com a necessidade de arcar com custos mais elevados de transporte e aluguéis mais caros em função da valorização. E mais: a expulsão, por essas camadas superiores, de atividades de comércio e manifestações populares como a boêmia e a capoeira, proporcionava, enfim, que se mantivesse uma aparência digna da *Belle Époque* tão almejada!

*As ideias fora do lugar*, texto de Roberto Schwarz, denotam aspectos acerca de uma mesma questão, já retratada: a mimese ao pensamento europeu. Em primeiro lugar “a óbvia superioridade da Europa” e, deste modo, a adoção de um modelo que visasse reproduzir em todos os cantos essas ideias sem, entretanto, levar em consideração a realidade nacional. Uma discussão que até hoje permeia o pensamento brasileiro na busca de um modelo ideal de desenvolvimento. O discurso impregnado secularmente também aponta na direção de perceber como

esse “latifúndio pouco modificado viu passarem as maneiras barroca, neoclássica, romântica, naturalista, modernista e outras, que na Europa acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social.” (SCHWARZ, 2000, p. 10)

Assim, por esse prisma, o que observamos atualmente é **uma reedição de um discurso que visa manter o *status quo***. Na higienização, no golpe de 64, na Revolta da Vacina, na Proclamação da República, enfim, nos mais diversos eventos históricos nacionais, o discurso que perpassa todos esses processos vão na direção de legitimar as reais intenções desta casta que busca, através de meios legais, alcançar seus objetivos de manutenção da sua posição na pirâmide social e econômica intacta e sem possíveis ameaças a essa imobilidade secularmente constituída. Utiliza-se, para isso, o aparato jurídico, midiático, militar, ou todos, para, enfim, alcançar a maior adesão possível a viabilizar essa empreitada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país em formação, já retratou Darcy Ribeiro, e, sendo assim, ainda oscila em busca de um modelo de desenvolvimento. Embora pareça clichê é preciso sempre ressaltar a existência, entre nós, de uma elite arcaica e conservadora que, talvez pela pouca mobilidade social verificada, permaneça “inerte” em seu pensamento. Com isso, o discurso que permitiria ao Brasil sair do tradicional atraso não se atualiza. Não se trata de impor uma modernidade pronta, dual, mas de um modelo que considere as características, mesmo as vicissitudes, já tão exaustivamente apontadas por intelectuais que se debruçaram sobre o assunto.

O ideal europeu ainda resiste após gerações, sendo recentemente acompanhado de um “norte americanismo”, os quais impossibilitam uma maior autonomia cultural ao país. Mesmo o futebol e o carnaval, citados inclusive por Carvalho como formas de aproximação entre o povo e a classe média, já sentem os efeitos desse “capitalismo à brasileira”. “Não tirem os negros do nosso futebol”, dizia João Saldanha. Tiraram. A sociedade que antes proporcionava, embora de forma artificial, o convívio mínimo entre as classes está em conflito. A fragmentação e a polarização atuais, como Jessé de Souza apresenta, colocam novamente em cartaz uma tentativa de expurgo das classes pobres, às vezes sob o pretexto de se tratar de classes perigosas, da mesma forma que no século XIX.

A mídia, o empresariado e os coronéis, sabidamente os mesmo desde sempre, invocam um discurso de limpeza para camuflar a tentativa de retomada de um poder de influência, possivelmente perdido nos últimos anos. A mídia tem papel fundamental na formação do pensamento distorcido acerca da realidade presente brasileira. Não é à toa que jornais como *El Pais*, *The Guardian*, *NY Times*, *BBC*, *Al Jazeera*, *La Nacion*, *Le Monde*, *Il Fatto Quotidiano*, e outros, mostram os perigos do que está sendo feito a respeito da frágil democracia brasileira, mas que não têm esse discurso ouvido pela massa do país já internalizada na ideologia transmitida

pelos nossos meios de comunicação tradicionais. Isso faz sentido se pensarmos que as teorias de manipulação tão conhecidas não encontram eco numa sociedade que apresenta pouco interesse pelo Humanismo, pela reflexão e pela busca das soluções efetivas, ao contrário, tenta empurrar para debaixo do tapete os problemas sociais.

Não é a toa que, historicamente, e diante de tudo isso, as camadas populares não participam de fato do processo político por considerarem esse universo tão distante dos seus anseios proporcionando, assim, o arcabouço para um cenário perigoso ao regime democrático: o distanciamento das classes mais baixas das decisões políticas nacionais, o que nos leva a crer na difusão de uma espécie de estado paralelo onde as leis são próprias e não estão sujeitas às decisões soberanas.

Fica então a proposta, a fim de ampliarmos a discussão e o campo de ação do pensamento acerca dessa construção nacional, para que, talvez utopicamente, encontremos um modelo de desenvolvimento de fato, pois apoiado na efetiva inclusão das diversas classes e raças que compõem o tabuleiro cultural brasileiro.

Desta forma, e finalmente, que esse debate se estenda a fim de salvaguardar nossa cultura: música, dança, literatura, futebol, e mesmo a política, dessa padronização e elitização impostas por uma camada que busca incansavelmente jogar nos porões, consciente ou inconscientemente, a nossa própria história e bagagem cultural.

*Notas:*

*- No encerramento deste texto a BBC publicou um estudo com este título: “Branco, superior completo e sob investigação: a cara do Senado que votará impeachment”, o que demonstra o caráter classista do processo histórico. (ver link abaixo)*

*- Esse trabalho foi produzido antes da confirmação do Impeachment. Estamos vivendo essa História, portanto, alguns acontecimentos se renovam e se atualizam a cada dia. Mesmo assim, a cada reeleitura, percebe-se a reafirmação das teses aqui apresentadas.*



(Edição de fevereiro de 1893)

[voltar](#)



(Edição de 12 de março de 2016)

[voltar](#)

# O ESTADO DE S. PAULO



Quarta-feira 4 DE MAIO DE 2016 R\$4,00 ANO 137 Nº 44758

estado.com.br

## Janot denuncia Lula na Lava Jato e pede investigação contra Dilma

Presidente e ex-presidente são acusados de tentar atrapalhar operação • Delação de Delcídio e nomeação de Lula para Casa Civil serviram de base • Procurador quer inquérito também para ministro Cardozo e mais 29 pessoas • PGR não vê indícios contra Temer

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o ex-presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal por tramar a compra do síndio do ex-diretor da Petrobras Newton Cerveró. Também solicitou autorização para investigar a presidente Dilma Rousseff sob acusação de tentar estrair Lava Jato. A delação do senador Delcídio Amaral e a nomeação de Lula para a Casa Civil serviram como base. Os ministros José Eduardo Cardoso, Jaques Wagner e Ricardo Berroiz também estão entre os alvos da PGR, assim como outras 29 pessoas. Autorizações do STF são necessárias porque o Lula tem foro privilegiado. O ministro Teori Zavascki vai analisar a denúncia contra Lula. Se for aceita, o ex-presidente virá réu. Ele também pode ser investigado no inquérito-misto que apura corrupção na Petrobras, o "quadri-lhão". Lula nega crime e vê perseguição. Apesar das citações a Michel Temer feitas por delatores, o procurador Rodrigo Janot não viu indícios contra ele. Ontem, o STF enviou ao juiz Sérgio Moro depoimento de Delcídio que fixa que a compra da Refinaria de Orlândia seguiu o "modelo" da de Pasadena, com propinas. **POLÍTICA/PÁG. A4 A 8**

“Essa organização criminosa jamais poderia ter funcionado por tantos anos e de uma forma tão ampla e agressiva sem Lula”

RODRIGO JANOT  
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

### Análises

Jólio Domingos

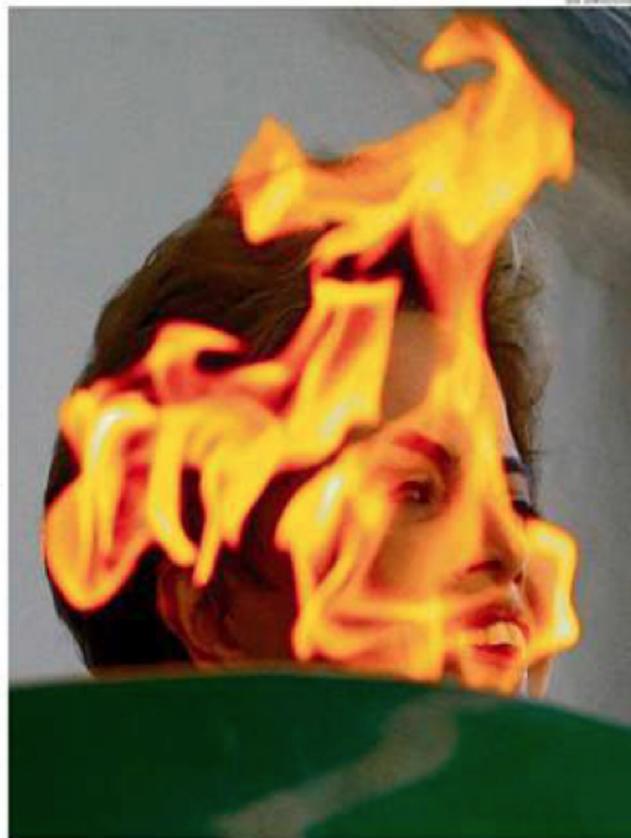
#### Pior revés de quem foi mito

União do nome de Lula na Lava Jato e argumento de que o petróleo só existia com ele marcam sua biografia. **PÁG. A8**

Dora Kramer

#### Leanta, o leão é manso

Antes em ameaça feroz, o PT não temido o mesmo-ódio no tocante à eficácia. **PÁG. A8**



### Fogo olímpico

Dilma Rousseff usou a cerimônia de acendimento da tocha olímpica, no Paraná, para pedir "união do País". Ela reconheceu que o momento "é verdadeiramente crítico", mas disse que o País será capaz de receber bem atletas e visitantes. Manifestantes

**PLACAR DO IMPEACHMENT**

A FAVOR Temos a favor de 50 votos necessários

50

CONTRA Temos contra de 20 votos

20

NO SENADO SÃO NECESSÁRIOS 42 VOTOS PARA A APROVAÇÃO DO PROCESSO DE IMPEACHMENT E A ASSUMIR A FUNÇÃO DE PRESIDENTE POR ATÉ 9 MESES

NÃO VOTE NA WEB.

NUNQUE NO PLACAR POR NOME, ESTADO OU PARTIDO DO SENADOR E ADRETE A ALGUNS DEPOSITOS

estado.com.br/36cawwvwh

### PSDB deve ficar com Cidades, AGU e Itamaraty

O PSDB deve ocupar o Ministério das Cidades e indicar o deputado Bruno Araújo, segundo aliados de Michel Temer. O secretário Alexandre de Moraes pode ir para a Advocacia-Geral da União, com apoio de Geraldo Alckmin, e o senador José Serra é cotado para o Itamaraty. **POLÍTICA/PÁG. A2**

### Partidos pedem ao STF que afaste Cunha

**POLÍTICA/PÁG. A8**

### Ex-presidente da OAB critica impeachment

(Edição de 4 de maio de 2016)

[voltar](#)

anexo IV



[voltar](#)

anexo V



3. Favela do morro do Pinto, fotografada por Augusto Malta em 1912.

[voltar](#)

## notas de rodapé

[1] Na indústria televisiva, três famílias têm maior peso: a família Marinho (dona da Rede Globo, que tem 38,7% do mercado), o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo (maior acionista da Rede Record, que detém 16,2% do mercado) e Silvio Santos (dono do SBT, 13,4% do mercado). A família Marinho também é proprietária de emissoras de rádio, jornais e revistas – campo em que concorre com Roberto Civita, que controla o Grupo Abril (ambos detêm cerca de 60% do mercado editorial). Famílias também controlam os principais jornais brasileiros – como os Frias, donos da Folha de São Paulo, e os Mesquita, de O Estado de S. Paulo (ambos entre os cinco maiores jornais do país). No Rio Grande do Sul, a família Sirotsky é dona do grupo RBS, que controla o jornal Zero Hora,

além de TVs, rádios e outros diários regionais. Famílias ligadas a políticos tradicionais estão no comando de grupos de mídia em diferentes regiões, como os Magalhães, na Bahia, os Sarney, no Maranhão, e os Collor de Mello, em Alagoas. (Fonte BBC Brasil)

## **bibliografia**

ARRIGUCCI, Davi. *Enigma e comentário. Ensaio sobre Literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 jun. 1903.

BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARPENTER, Mary. *Reformatory schools for the children of the perishing and dangerous classes and for juvenile delinquents* Charles Gilpin, London, 1851.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIMAS, Antônio. “Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo?” in Lieera: Revista para Professor de Português e de Literaturas de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

GLEDSON, John; GRANJA, Lúcia. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Org., int. e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2008.

MATTA, Roberto da, 1936. *A casa & a Rua*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se faz a crônica. *A crônica. O gênero e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

MOLINA, Matías. *Um choque de renovação*. Valor econômico, São Paulo, 30 de maio de 2011.

NEVES, Margarida de Souza. *História da crônica. Crônica da História*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Literatura em movimento: Coelho Neto e o público das ruas*. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza;

PEREIRA, L. A. De M. (org.). *História em coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões especiais e criação cultural na Primeira República*. 2. Ed. rev e ampl. São Paulo: Cia. Das Letras, 2003.

SCHWARZ, Roberto. "As ideias fora do lugar". In: *Ao Vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SIMÕES, Álvaro S. A Belle Époque nas crônicas de Olavo Bilac. In: BILAC, Olavo. Registro: *Crônicas da Belle Époque carioca*. Org., int. E notas de Álvaro Santos Simões Jr. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

Acessos via web:

[http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509\\_perfil\\_senado\\_impeachment\\_if\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509_perfil_senado_impeachment_if_rm) (Acesso em 10 de maio de 2016)

<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2015/abril/o-dilema-da-fragil-democracia-brasileira>. (Em 8 de maio de 2016)

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/01/1727369-a-quem-serve-a-classe-media-indignada.shtml> (Em 8 de maio de 2016)

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral/impeachment-e-o-melhor-caminho,10000025268> (Em 7 de maio de 2016)

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/09/29/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-benjamin-steinbruch-ao-uol-e-a-folha.htm> (Em 7 de maio de 2016)

[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/politica/1447193346\\_169410.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/10/politica/1447193346_169410.html) (Em 6 de maio de 2016)

[http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509\\_perfil\\_senado\\_impeachment\\_if\\_rm](http://www.bbc.com/portuguese/brasil/2016/05/160509_perfil_senado_impeachment_if_rm) (Em 10 de maio de 2016)

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718\\_magnatas\\_bg\\_cc.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/07/110718_magnatas_bg_cc.shtml)  
(Acesso em 14 de junho de 2016)

<http://www.thetcj.org/child-care-history-policy/key-texts-sponsored-by-sircc-juvenile-delinquents-their-condition-and-treatment-by-mary-carpenster> (Em 14 de julho de 2016)